





ÍNDICE

Relatório de Actividades

1	Introdução.	9
2	Orgânica e Instalações.	10
3	Órgãos Sociais	11
4	Estatutos	11
5	Utilidade Pública.	12
6	Carta de Princípios	12
7	Conselho de Curadores	12
8	Conselho Fiscal.	13
9	Conselho Científico.	13
10	Projectos Permanentes	14
11	Programas.	23
12	Projectos Temporários	42
13	Estratégia de desenvolvimento de projectos.	48
14	Estratégia de comunicação e difusão	54
15	Protocolos com Outras Instituições	57
16	Relatório Financeiro	58
17	Colaboração com o Fundador	59
18	Perspectivas e Programa de Actividades.	59
	Anexo I - Órgãos Sociais	62
	Anexo II - Utilidade Pública	63
	Anexo III - Carta de Princípios	64
	Anexo IV - Indicadores da PORDATA.	65
	Anexo V - Acções de Formação Pordata	66
	Anexo VI - Ensaios da Fundação publicados em 2010	67
	Anexo VII - Projecto “Valores culturais...”	68
	Anexo VIII - Entidades signatárias de protocolos com a FFMS	70
	Anexo IX - Acordos de colaboração	71
	Anexo X - Projectos em curso	72
	Anexo XI - Áreas temáticas.	73

Relatório de Contas

Balanço	76
Demonstração das variações patrimoniais.	78
Demonstração dos fluxos de Caixa	79
Anexo ao balanço e à demonstração das variações patrimoniais	80
Parecer do Conselho Fiscal	91
Certificação das Contas	93

Relatório de Actividades

Ano de 2010

Conselho de Administração



1 INTRODUÇÃO

O segundo ano de existência da Fundação foi caracterizado pelas primeiras iniciativas públicas, designadamente a PORDATA (primeiro Portugal depois a Europa), o início de publicação da colecção “Ensaio da Fundação” e a realização das primeiras conferências “Questões chave de Educação”. Ao mesmo tempo, prosseguia a preparação de projectos e estudos em várias áreas, cujos resultados começarão a ser conhecidos em 2011 e 2012.

As primeiras realizações serviram para elaborar e pôr à prova certos métodos de trabalho, nos quais a FFMS é ainda inexperiente. Em particular, foram tentadas modalidades de grande divulgação das suas actividades, como seja a distribuição massificada dos ensaios. Esta é cada vez mais uma ideia forte: fazer com que os resultados do trabalho tenham uma ampla divulgação e cheguem a todas as localidades, a todos os grupos sociais e a todas as pessoas interessadas. Só assim, pensa-se, será possível estimular o debate público, missão essencial da FFMS.

Foi também preocupação da Administração tornar a FFMS conhecida, sem recurso a meras campanhas de notoriedade. É uma opção a manter aquela segundo a qual se pretende que a FFMS seja conhecida pelo seu trabalho efectivo, pelo rigor dos seus métodos e pelo interesse das suas actividades.

Esteve permanente a prioridade à informação e à publicação de instrumentos de conhecimento ao dispor dos cidadãos. A Pordata e os Ensaio são os melhores exemplos. A FFMS não pretende convencer ninguém, deseja, isso sim, contribuir para uma melhor informação e um mais profundo conhecimento que permitam aos cidadãos formar livremente as suas opiniões.



2 ORGÂNICA E INSTALAÇÕES

A orgânica da FFMS não sofreu alterações. Persiste uma opção por uma estrutura de trabalho muito pequena, com recurso a colaborações externas de pessoas e empresas. O número de pessoas a trabalhar de modo regular era, no fim de 2010, de 5 permanentes, 1 em regime de prestação de serviços, 2 não executivos e 1 voluntário: o presidente executivo, dois administradores não executivos, uma directora de projectos (Isabel Vasconcelos), uma directora de comunicação (Filipa Dias), uma secretária de administração (Isabel Bernardes), duas assistentes de programas (Maria Carlos Ferreira e Mónica Vieira) e um assistente encarregado de formação da Pordata (Bernardo Gaivão). Já no início de 2011, foi decidido contratar uma directora de operações (Susana Norton) e nomear um director de informação e tecnologia (Santiago Olmedo) em regime de voluntariado. Uma forte pressão de trabalho exercida sobre os poucos elementos da FFMS motivou este último alargamento.

Quatro são as pessoas envolvidas na realização da Pordata, sob a direcção de Maria João Valente Rosa (que também pertence ao Conselho Científico da FFMS).

Este grupo trabalha para a FFMS em regime de contrato de prestação de serviços.

As instalações da Administração e da direcção da FFMS mantêm-se, a título de empréstimo, junto da sede da *holding* familiar Soares dos Santos. Esta proximidade tem-se revelado útil, podendo a Fundação aproveitar de algumas facilidades.

A instalação da Pordata mantêm-se num andar arrendado na Rua Conselheiro Fernando de Sousa.

Neste ano de 2010, foram tomadas algumas decisões que reforçaram, espera-se, a eficiência da Fundação. Assim, os vários projectos avulsos foram agrupados em Programas (Saúde, Educação, Justiça e População), cada um sob a orientação de um conselheiro. Estes programas englobam projectos e iniciativas de vários géneros, como estudos, conferências, edições e *workshops*. Outras áreas de actividade poderão ulteriormente organizar-se também em Programas.

A FFMS foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

3 ÓRGÃOS SOCIAIS

Não se registaram alterações nos corpos sociais da Fundação (Anexo I).

O Conselho de Administração reúne regularmente. Os dois administradores não executivos exercem as suas funções sem remuneração paga pela Fundação. O presidente do Conselho de Administração cumpre o grato dever de sublinhar a excelente colaboração prestada.

4 ESTATUTOS

Os estatutos da Fundação, entretanto publicados em brochura própria, mantêm-se sem alteração.



5 UTILIDADE PÚBLICA

Por despacho da Presidência do Conselho de Ministros, de 12 de Março de 2010, publicado no *Diário da República* de 23 de Março de 2010 (2ª Série), foi reconhecida a utilidade pública da Fundação (Anexo II).

6 CARTA DE PRINCÍPIOS

A Carta de Princípios, guia para a acção da Fundação, oportunamente aprovada pelo Conselho de Curadores, manteve-se sem alteração (Anexo III). Foi publicada na brochura dos estatutos.

7 CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores reuniu duas vezes, dispendo-se sempre a útil colaboração. As actas das reuniões e respectivas gravações e transcrições estão disponíveis para consulta no secretariado.

8 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal realizou duas reuniões. O Conselho de Administração agradece a colaboração pronta, assim como reparos feitos e prontamente acolhidos. As actas das reuniões estão disponíveis para consulta no secretariado.

9 CONSELHO CIENTÍFICO

O Conselho Científico reuniu em sessão plenária quatro vezes durante o ano, revelando-se cada vez mais o órgão de discussão e preparação de projectos. Os conselheiros têm mostrado vivo interesse na sua participação, tendo vários colaborado directamente nas iniciativas tomadas. Cada projecto é acompanhado pessoalmente por um ou vários conselheiros. O papel deste conselho é, de modo crescente, mais relevante. A sua cooperação é de elevado nível. As actas das reuniões e respectivas gravações e transcrições estão disponíveis para consulta no secretariado.



10 PROJECTOS PERMANENTES

Portal da Fundação

O primeiro portal da Fundação (www.ffms.pt) foi lançado em 2010, ao mesmo tempo que o portal da Pordata. Tratava-se de um improvisado experimental, a fim de criar o primeiro acesso aos interessados. Foi um modelo relativamente artesanal que, mais de um ano depois, já não cumpre todos os requisitos, nem traduz, com prontidão, as actividades da FFMS. Está já em construção um novo portal, com recurso às mais inovadoras técnicas disponíveis. O novo portal terá de combinar uma elevada capacidade de atracção com os graus de rigor e seriedade que a Fundação pretende manter. Sabe-se que as camadas mais jovens da população utilizam cada vez mais esta via de comunicação e informação. Por isso, devemos estar muito especialmente atentos às suas necessidades, aos seus hábitos e aos seus padrões estéticos e intelectuais.

PORDATA

Lançada a 23 de Fevereiro de 2010, a Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo (www.pordata.pt) foi o primeiro projecto da Fundação.

Através desta base de dados, simples, acessível e gratuita, divulgámos o maior conjunto possível de dados estatísticos em assuntos tão diversos como População, Educação, Emprego ou Cultura, num total de 14 temas. Com muitos dos indicadores representados numa evolução de cinco décadas, este portal começou com os dados de Portugal, tendo-se alargado à Europa, a partir de Novembro. A opção principal consiste em fornecer informação rigorosa, sem interpretação e sem comentários. A Pordata é um serviço público de informação, não um local de análise ou discussão. Estas são possíveis a partir de dados factuais. O rigor e credibilidade dos números são-lhes conferidos pelas entidades oficiais com competência para a produção autorizada de estatísticas nas respectivas áreas. Todas, nacionais e europeias, disponibilizaram a informação à Pordata, uma autêntica base agregadora de informação com visualização fácil e uniformizada. São mais



de cinquenta as instituições portuguesas e europeias que fornecem os dados. Deve ser sublinhada a contribuição do INE (Instituto Nacional de Estatística, que também é o representante, em Portugal, do EUROSTAT, serviço europeu de estatísticas), que sempre respondeu às solicitações da FFMS com prontidão e rigor.

Com este lançamento iniciámos, no segundo semestre do ano, um programa de formações que tocou maioritariamente jornalistas e estudantes (do secundário e do superior). Igualmente gratuitas, estas formações têm como objectivo, no que toca ao conteúdo e visualização, ensinar todas as funcionalidades que o site tem à disposição. Em sessões de 90 minutos, cerca de 1.000 formados ficaram a saber que a Pordata, mais do que disponibilizar passivamente os indicadores, permite também cruzar dados de diferentes temas, fazer operações directamente no site, analisar os dados em formatos gráficos, exportar, imprimir e partilhar na NET e aceder ainda a uma área pessoal para gravar quadros, criar indicadores ou definir alertas sobre actualizações de informação. Nesta iniciativa, a Rede de Bibliotecas Escolares juntou-se à Fundação num esforço de difusão deste projecto junto das escolas secundárias do país. Num total de 83 estabelecimentos, cada pequeno grupo que recebeu formação Pordata multiplicou a sua aprendizagem em sessões junto de outros alunos e professores. Destas formações, com base na pesquisa de informação do site, sairão trabalhos de grupo a serem avaliados e distinguidos durante o ano de 2011. Já no início de 2011, o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde foram realizadas sessões de formação, distribuiu por toda a rede diplomática e consular o “Manual de formação à PORDATA”.

Num esforço de aproximação a todos, a Pordata entrou também nas redes sociais (Facebook e Twitter) divulgando factos dos diferentes temas, num convite ao debate e a uma pesquisa mais aprofundada no site. Os resultados imediatos foram encorajantes: o número de contactos diários subiu logo 20% a 30%. Com a aplicação iPhone, lançada no final do ano, os dados Pordata foram adaptados ao formato e utilização por telemóvel, disponibilizando rapidamente para cada indicador do site o seu valor mais recente ou de um ano específico, a respectiva tendência gráfica e o ranking

de países europeus correspondente. Em menos de um mês, foram feitas cerca de 6.000 downloads da aplicação.

Na rádio, num trabalho conjunto com a TSF, os dados Pordata foram difundidos diariamente, a partir de Novembro, no formato “Sabia que...?”. E no formato televisivo, através de um protocolo assinado com a RTP, irá ser produzida uma série de programas de informação, com base na PORDATA. Estes pequenos filmes diários serão integrados no telejornal da RTP. Todas as semanas, um tema diferente da realidade portuguesa será abordado, destacando os números e a evolução que melhor nos ajudam a compreender o país. A esta iniciativa estará associado um debate semanal temático onde se discutirão opiniões sobre os factos sociais que os números nos revelam.

Com dez meses de existência durante o ano de 2010, a Pordata foi visitada por cerca de 400.000 “visitantes únicos”, num total de 655.000 visitas. Cada visita durou em média 4 minutos, com cerca de 5 páginas visitadas. Apesar de os acessos virem maioritariamente de Portugal (89%), a Pordata já teve visitantes de 148 países distintos (Anexos IV e V).

No final do ano, este projecto, superiormente dirigido por Maria João Valente Rosa, foi distinguido com o Prémio Exame Informática 2010, na área da Internet, tendo sido considerado pelo Júri como “inspirador e de consulta imperativa para que se conheça o que foi, o que é e como está a mudar o nosso país”. A equipa que produz a Pordata é muito coesa e reduzida: além da sua directora, fazem parte Ana Luísa Barbosa, Joana Martins e Rita Rosado.





Ensaio da Fundação

Associadas aos factos vêm as ideias. A colecção de “Ensaio da Fundação”, versando sobretudo temas da realidade portuguesa, propõe-se estimular a partilha de ideias independentes e fundamentadas dos seus autores com todos os cidadãos interessados. Mais ainda: pretende despertar o interesse por assuntos que a todos dizem respeito. Esta colecção é dirigida por António Araújo (também Curador da Fundação) cujo excepcional esforço deve ser salientado. A edição é feita através de uma parceria com a Relógio d’Água Editores.

Tentando contrariar a ideia de que “os Portugueses não lêem e não querem ler”, a FFMS procurou realizar grandes tiragens, reduzir os preços o mais possível e chegar aos locais frequentados pelos cidadãos (centros comerciais, supermercados, quiosques, cafés, universidades, etc.), além, evidentemente, das livrarias. Os primeiros resultados reforçam a convicção de que obras de interesse geral, a preços acessíveis e à disposição dos leitores despertam a curiosidade e a vontade de ler.

Com o objectivo de chegar ao maior número possível de pessoas, a Fundação acordou com os autores numa forma de expressão clara, sem ferir o rigor da análise,

publicou os ensaios a preços sem fins lucrativos e distribuiu, sem preconceitos ou filtros, os livros por todos os canais onde fizesse sentido estar próximo das pessoas. Das livrarias alargou-se a distribuição aos supermercados e a alguns cafés e esplanadas do país, promovendo ainda algumas iniciativas com jornais e revistas de informação. Ao fim de seis meses, a colecção chegou aos 100.000 exemplares vendidos, num total de sete ensaios publicados. Em cada espaço, os ensaios ganharam o seu destaque atingindo os TOP nas livrarias e vendendo centenas de livros diários entre *check outs* e outras secções dos supermercados (Anexo VI).

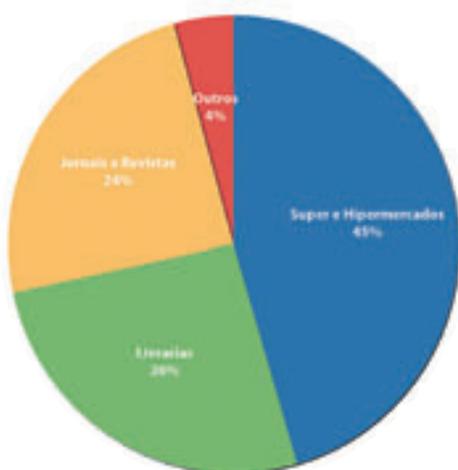
O quadro seguinte resume o balanço de vendas dos diferentes volumes e dos vários modos de venda.

Livros vendidos, 2010 *

Ensaio da Fundação	Autor	Lançamento	Livros vendidos *
O Ensino do Português	Maria do Carmo Vieira	Junho	22.092
Economia Portuguesa: as últimas décadas	Luciano Amaral	Junho	16.248
Portugal: os números	Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas	Junho	16.577
Justiça Fiscal	J.L. Saldanha Sanches	Setembro	26.035
Difícil é educá-los	David Justino	Outubro	6.301
Autoridade	Miguel Morgado	Outubro	5.388
Propriedade Privada	Miguel Nogueira de Brito	Outubro	5.040

*Estes valores podem evoluir em 2011

Vendas por canal (em %)



Super e Hipermercados	45.4%
Livrarias	26.2%
Jornais e Revistas	24.1%
Outros	4.3%



Os actuais planos de edição procuram manter um ritmo de publicação de ensaios de doze a quinze volumes por ano, à cadência de três a quatro por trimestre. Uma edição encadernada (a 5,00€ de preço de capa) está disponível nas livrarias e outra brochada (a 3,50€) nos supermercados, nos quiosques e nos cafés. As tiragens oscilam entre 15.000 e 30.000 exemplares. Para dois volumes encadernados foi já necessário imprimir uma segunda edição. Com o objectivo de garantir preços mínimos de venda, a Fundação pretende apenas cobrir os custos de produção dos ensaios. Nos três primeiros títulos esse objectivo foi praticamente atingido.

O sistema de produção foi organizado em colaboração com três organizações: a Relógio d'Água para a edição e distribuição em livrarias; a GUIDE para a impressão; e a SODILIVROS para a distribuição em grandes superfícies. Sublinham-se as boas relações de trabalho estabelecidas com estas empresas.

Maria do Carmo Vieira, Luciano Amaral, Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas, JL Saldanha Sanches, David Justino, Miguel Morgado e Miguel Nogueira de Brito escreveram sobre a realidade portuguesa em temas tão distintos como a economia, a justiça, a educação, a propriedade privada ou a autoridade. De alguns livros, resultaram entrevistas e debates na televisão, rádio e jornais.

Com o El Corte Inglês foi lançado o ciclo de debates "Pensar Portugal" onde todos os meses, a partir de Setembro, um dos ensaios foi discutido. Além da presença do Autor, contou-se com a participação de especialistas reputados: Diogo de Lucena, Eduardo Catroga, Paulo Guinote, Santana Castilho, Pedro Lomba e João Taborda Gama.

POP, Portal de Opinião Pública

Produto da colaboração entre a FFMS e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), este portal, dirigido por Alice Ramos e Cícero Pereira e acompanhado pelo conselheiro Pedro Magalhães, destina-se a tornar acessível ao público uma informação muito interessante que resulta dos “barómetros” e inquéritos de atitudes que se fazem na Europa há quase trinta anos. Esses inquéritos permanentes procuram detectar a evolução das atitudes da opinião pública dos europeus a propósito dos mais variados temas, da democracia à religião, da política às instituições, da economia à escola e da segurança ao bem-estar. Após análise cuidada, verificou-se que estas sondagens adquiriram um grau de consistência notável e traduzem realmente o “espírito do dia” nos diferentes países. Em certo sentido, este portal constitui um prolongamento da Pordata, não mais dedicado aos factos e números, mas às atitudes e às aspirações. O trabalho dos responsáveis consiste em agregar e compatibilizar as várias fontes, construindo depois um dispositivo de fácil consulta. Ficarão visíveis os resultados do ano, como também as tendências detectadas ao longo de vinte ou trinta anos. O portal estará disponível ao público no decorrer do ano de 2011.

Portugal participa em redes internacionais de estudos sobre atitudes e valores sociais. Os resultados têm um grande impacto na comunidade





científica e na comunicação social mas apesar de serem de acesso livre e gratuito não têm chegado aos públicos exteriores à academia. O objectivo deste estudo é, precisamente, alargar o acesso destes dados a todos aqueles que não dominam técnicas avançadas de análise de dados mas estão interessados na informação que dela se pode extrair.

Anuário da Fundação

O Conselho de Administração decidiu criar um “Anuário da Fundação” (cujo título definitivo ainda não foi definido). Com esta iniciativa, pretende-se congregiar periodicamente dados, factos, números, estudos, breves ensaios e artigos de opinião que sejam mais do que mera informação e permitam um debate alargado de ideias e opiniões. Com este anuário, procura a FFMS possuir um órgão de reflexão sobre temas importantes da sociedade e do mundo, não prisioneiros da conjuntura, capazes de proceder a balanços das situações mais diversas, mas também à altura de discutir perspectivas e tendências futuras. Para dirigir o anuário, foi convidado o jornalista José Manuel Fernandes, que aceitou e vem já trabalhando no projecto. Prevê-se que o primeiro número seja editado no Outono de 2011.

11 PROGRAMAS

Os programas consistem em conjuntos temáticos de projectos e actividades de modo a articular os vários esforços e constituir uma base consistente de trabalho em cada área de interesse público. Todos os programas incluem estudos, investigações, conferências, edições, programas de televisão ou DVD e outras iniciativas. De cada estudo, prevê-se sempre que se tornem conhecidos os resultados, através de relatórios técnicos e científicos, mas também livros e outros meios de grande divulgação e de acesso fácil a um público alargado.

Programa de Saúde

Os dois primeiros projectos aprovados pela FFMS pertencem à área da Saúde: “Custos e preços da Saúde” e “Evolução da Mortalidade Infantil”. A sua execução aproxima-se do fim, mau grado alguns atrasos provocados designadamente pela dificuldade de acesso aos dados oficiais. Com o desenvolvimento previsível dos estudos nesta área, foi decidido organizar um “Programa de Saúde”, liderado por José Mendes Ribeiro, membro do Conselho Científico da FFMS.



Custos e preços da saúde

Da responsabilidade de uma equipa dirigida por Carlos Costa (da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa), este projecto procura responder à pergunta de partida: “Podem a organização, a gestão e o financiamento das organizações de saúde em Portugal produzir resultados diferentes em termos de eficiência? ”. Após a análise da evolução dos custos do Sistema Nacional de Saúde, os autores pretendem trazer ao espaço público todos os elementos indispensáveis ao debate sobre o financiamento da Saúde em Portugal. Dos resultados esperados deste estudo, fazem parte comparações internacionais de preços e custos de tratamentos, medicamentos e actos médicos.

Evolução da Mortalidade infantil

Após se ter verificado que a evolução da Mortalidade Infantil foi, em Portugal, particularmente favorável, deixando o país, actualmente, numa posição cimeira em todo o mundo, considerou-se necessário investigar as causas deste êxito. Partiu-se do princípio que é interessante detectar e avaliar as razões de um tal sucesso. É possível que haja factores de ordem institucional, política, administrativa e outras aos quais seja necessário prestar atenção, a fim de, eventualmente, inspirar soluções para outras áreas problemáticas das políticas públicas. O projecto, da responsabilidade de José Pedro Correia e Xavier Barreto, terminará durante o primeiro semestre de 2011 e os seus resultados serão amplamente divulgados.

Outras actividades

No quadro deste programa, outras actividades estão previstas para o biénio 2011/12, incluindo conferências sobre questões chave da saúde, edição de pequenos cadernos sobre questões concretas de Saúde pública e lançamento de novos estudos.



Programa Justiça e Direito

O Programa Justiça e Direito, dirigido por Nuno Garoupa, membro do Conselho Científico da FFMS (com Maria Carlos Ferreira como Assistente), organizou-se durante este ano de 2010. Inclui já várias iniciativas.

Avaliação legislativa: uma perspectiva comparada

Este projecto é dirigido e executado por João Caupers e Marta Tavares de Almeida (da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e Pierre Guibentif (do ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa).

A qualidade da lei está hoje na agenda política, tanto no plano nacional, como no internacional. A internacionalização e complexidade das sociedades actuais são factores que contribuem, de forma decisiva, para um novo olhar sobre a lei. A legitimidade da lei decorre certamente do respeito dos princípios jurídicos fundamentais, consagrados pela Constituição e por instrumentos internacionais e europeu relevantes, bem como pela boa implementação das regras constantes dos regimentos da Assembleia da República e do Conselho de Ministros. Mas decorre também da metodologia de preparação dos textos legais (o procedimento interno da lei, por oposição ao procedimento externo da lei).

Neste projecto procura-se dar a conhecer os desenvolvimentos na elaboração da lei, numa perspectiva comparativa, recorrendo a países seleccionados pelas «boas práticas» adoptadas. Pretende-se, naturalmente, produzir um trabalho de interesse para os estudiosos da matéria; assume-se, porém, a pretensão de o dirigir a um público mais vasto que, não obstante tecnicamente menos habilitado, queira aprofundar as questões da legislação.

Assim, propõe-se a elaboração de um estudo rigoroso sobre os actuais desenvolvimentos da política legislativa (legislative policy), situando-o no tempo e no espaço, mas sem incursões históricas aprofundadas. O trabalho adopta uma sistematização que procura proporcionar uma leitura clara, directa e documentada sobre os vários temas.

Com o tema da qualidade legislativa, pretende-se abranger de maneira ampla a lei como ferramenta de acção colectiva e de progresso económico



TRIBUNAL



e social, contemplando tanto a elaboração das leis como a sua recepção e implementação.

Avaliação legislativa – Estudo de casos

Projecto dirigido por Ricardo Gonçalves (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa) com a colaboração de Álvaro Nascimento, Ana Lourenço, Sofia Nogueira da Silva e Vasco Rodrigues (todos da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa).

Pretende-se realizar duas avaliações de impacto legislativo de acordo com a metodologia recomendada pela Comissão Europeia. Procura-se que estas avaliações sejam de cariz didáctico e contribuam para uma maior disseminação e compreensão deste tipo de metodologia na sociedade portu-

guesa, e que levem, em última instância, a uma maior qualidade legislativa e normativa. Não se trata de avaliar os méritos das leis e das respectivas políticas públicas, mas sim de estudar e analisar o método legislativo assim como a actividade anterior e ulterior à elaboração das leis.

Para o efeito, foram identificadas duas leis cujo impacto será avaliado: a lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto, ou “Lei do financiamento do ensino superior” e a lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro, dita “Lei da Droga”. Ao contrário do que é vulgar, e apesar de pretender que se utilize a metodologia de análise recomendada pela Comissão Europeia, estas avaliações serão efectuadas de uma forma retrospectiva. Isto significa que o objectivo destas avaliações é o de identificar e quantificar, na medida do possível, os respectivos custos e benefícios observados após a introdução da lei e compará-los com um cenário alternativo e hipotético (designado na língua inglesa por *counterfactual*) de não implementação das respectivas leis.

Justiça económica

Preparado durante o último semestre de 2010, este projecto iniciou-se em Março de 2011. Tem a sua génese numa proposta feita pela direcção da ACL (Associação Comercial de Lisboa). Esta pretendia que a FFMS organizasse um projecto sobre “A Justiça portuguesa”, estando disponível para o respectivo financiamento. A ACL desejava encontrar um parceiro independente que concretizasse essa ideia. A primeira reacção do Conselho de Administração foi a de não se comprometer com um estudo tão vasto e global, cujos resultados seriam de duvidoso interesse. Mas, depois de discutido o assunto em Conselho Científico, decidiu-se fazer uma contraproposta de âmbito mais limitado: a de estudar alguns dos aspectos mais importantes da “Justiça económica”, designadamente todas as questões legais, processuais e judiciais que dificultam a actividade económica, o investimento e o desenvolvimento. A ACL aceitou o projecto. As duas organizações concordaram igualmente na necessidade de elaborar um trabalho que, além da análise e do estudo documental e legislativo, incluísse um inquérito aos vários agentes da actividade económica (nomeadamente empresários e juristas). Foi ainda sublinhada a perspectiva prática: do estudo deveriam

resultar recomendações e propostas para melhoramento e reformas legislativas e processuais de carácter jurídico, económico e administrativo.

Foi esta a primeira iniciativa da FFMS que incluía um financiamento por entidade exterior. Considerou-se que este processo era aceitável desde que fossem salvaguardadas todas as condições de isenção, independência e rigor.

O processo de negociação e preparação do projecto foi liderado por Nuno Garoupa, do Conselho Científico da FFMS. Foi criado um Conselho composto por Nuno Garoupa, Mariana Gouveia (da Universidade Nova de Lisboa) e Pedro Magalhães (do Conselho Científico da FFMS). Jorge Carvalho (da Universidade Nova de Lisboa) foi escolhido para responsável executivo.

A importância da justiça como um factor de competitividade e crescimento económico sustentado está demonstrada quer na literatura académica, quer no actual menu de políticas das organizações internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. A má qualidade da justiça portuguesa tanto do ponto de vista das necessidades de uma sociedade moderna, como muito especialmente do ponto de vista empresarial, tem sido matéria de preocupação. Apesar do consenso mais ou menos generalizado sobre a necessidade de alterar estruturalmente a situação, a verdade é que, por razões diversas, o esforço reformista da última década não produziu os resultados pretendidos.

Diz-se que os diagnósticos estão feitos. Mas evidentemente não estão. Ou se estão, então erraram porque as medidas implementadas claramente falharam no objectivo de aumentar a eficácia e a eficiência. Precisamos urgentemente de um diagnóstico mais rigoroso, que tenha em conta os custos económicos que o sistema de justiça persiste em manter. Temos também de ter uma ideia mais correcta dos problemas empresariais gerados ou amplificados com uma justiça económica ineficaz.

Um novo diagnóstico, metodologicamente inovador e descomprometido dos habituais equilíbrios políticos, permite uma reflexão original sobre um novo reformismo na justiça económica. Evidentemente que nunca pode um estudo ser exaustivo nesse contexto. Ainda menos pode substituir-se às autoridades que de direito e de dever configuram a política na área da justiça

económica. Mas, dado o marasmo e a indiferença em que se encontram as reformas na justiça neste momento especialmente complicado para a nossa economia, pensamos que é importante um discurso desprendido de complexos e autocensura, que consiga superar as metodologias tradicionais.

A justiça económica portuguesa é ineficaz. Precisa de ser modificada. Mas não há soluções milagrosas. Nem há reformas sem custos. Importa por uma questão de rigor científico considerar as vantagens e desvantagens das soluções procurando evitar a pretensa facilidade das mudanças aparentemente milagrosas, por regra destinadas ao fracasso.

Tanto quanto possível, a quantificação é uma metodologia importante no estudo da justiça. Infelizmente, em Portugal, neste contexto, como em muitos outros, o trabalho estatístico é muito limitado. Dentro do razoável, pensamos que é importante superar esta falta. Nesse sentido, neste estudo não perderemos a oportunidade para favorecer a quantificação e a estatística.

Os objectivos prioritários deste projecto são: compreender os problemas da justiça económica portuguesa; avaliar as possíveis soluções; estudar os custos e os benefícios das alternativas existentes; desenvolver um exercício de *best practices* tomando como exemplo experiências europeias de sucesso, como a holandesa ou a escandinava ou mesmo a inglesa (sem esquecer



as recentes reformas em Itália, tendo em conta a nossa matriz processual civil); promover um conjunto de reformas coerentes e estruturantes.

Os resultados esperados são: fomentar a discussão das reformas da justiça económica com uma perspectiva inovadora, uma visão integrada e uma análise de experiência comparada; alertar os decisores de políticas públicas para a situação actual da justiça económica bem como de soluções possíveis e exequíveis; facilitar melhorias na justiça económica a médio prazo que permitam superar constrangimentos actuais e reduzir de forma significativa os custos de contexto; envolver o tecido empresarial na reforma da justiça económica.

E-Book sobre a Revisão constitucional

Partindo do princípio que, na legislatura de 2010 a 2014, se realizaria uma revisão da Constituição, decidiu-se concretizar uma actividade inédita na FFMS: a elaboração de um *e-book* dedicado a esse tema. A FFMS não tomaria posição de qualquer espécie, nem sequer sobre a oportunidade de tal revisão, mas seleccionaria umas dezenas de estudiosos e especialistas disponíveis para comentar a revisão, defendendo-a ou contrariando-a, e, no primeiro caso, sugerindo alterações fundamentadas. Procurou-se deliberadamente o contributo de profissionais e especialistas de outras áreas (economistas, politólogos, sociólogos, etc.) a fim de não limitar o debate às profissões jurídicas ou às funções políticas. Não foram solicitadas contribuições a membros de órgãos de soberania e do poder político (Governo, Assembleia da República, Parlamento europeu e magistraturas ou corpos profissionais judiciais), por se considerar que era mais interessante obter as opiniões de cientistas e especialistas exteriores ao debate directamente político ou profissional. A FFMS não pretende substituir o debate propriamente político, mas procura alargar essa discussão à sociedade civil. O *e-book* está disponível nas páginas da Internet no primeiro semestre de 2011. O seu Conselho editorial é composto por quatro membros do Conselho Científico da FFMS: Nuno Garoupa, José Tavares, Miguel Maduro e Pedro Magalhães.

O segredo de Justiça

Eis um pequeno projecto cujo formato e objectivo a FFMS desejaria desenvolver: um estudo que faça o ponto de situação de um problema ou um assunto de interesse evidente, a fim de permitir uma primeira discussão fundamentada em *workshop* ou pequeno seminário fechado, dando ou não origem a um trabalho ulterior mais profundo. O “Segredo de Justiça” em Portugal e noutros países europeus foi o primeiro tema escolhido. Foi seleccionado um professor de Direito da Universidade Complutense de Madrid, Fernando Gascón. Os resultados serão apresentados no decurso de 2011.

A congestão judiciária

De igual modo, foi decidido proceder a um breve estudo do fenómeno de “Congestão judiciária” na Europa. Trata-se de obter o maior número de dados possível sobre uma dúzia de países, a fim de elaborar um quadro deste fenómeno que traduz, de certo modo, a eficiência dos tribunais e da organização judiciária. O trabalho foi confiado a Sofia Pires de Lima, sob a orientação científica de Nuno Garoupa. O estudo deve estar terminado em 2011, dando origem a um seminário ou *workshop* durante o qual, além de discutir as causas da situação actual, se reflectirá na eventualidade de aprofundar o estudo relativamente a Portugal e se procurará elaborar recomendações e sugestões de melhoramento.

Questões chave sobre a Justiça

Com estes projectos, pretende-se estimular a discussão pública sobre problemas específicos da justiça portuguesa incluindo, sempre que possível, uma análise comparada. Deverão tomar-se iniciativas incluindo a preparação de breves estudos, a discussão em *workshops* com especialistas e a realização de conferências alargadas. Estão em preparação temas como: A. O Júri na Europa: modalidades e consequências para a qualidade do processo pena. B. O defensor público: modalidades e experiências. C. Relação entre o Procurador-geral, o executivo e o legislativo: diferentes modelos, problemas e soluções.

Programa de Educação

Os grandes objectivos que nortearam o Programa de Educação em 2010 e na preparação das actividades para 2011 são: fomentar o debate informado sobre problemas educativos; estimular a participação de especialistas estrangeiros que sejam capazes de confrontar as realidades portuguesas com as de outros países; contribuir para a difusão de estudos internacionais recentes; patrocinar o desenvolvimento de estudos de base empírica, experimental e estatística sobre a realidade portuguesa. O programa é dirigido por Nuno Crato, membro do Conselho Científico da FFMS, com a Assistente Mónica Vieira.

Conferências do Outono: Questões-chave da Educação

Este ciclo de conferências procurou fomentar a vinda a Portugal de especialistas internacionais e contribuir para a difusão no nosso país de estudos recentes de fundamentação científica. Procurou-se oferecer uma oportunidade de debate com a intervenção de especialistas, professores, pais e todos os interessados no problema da educação, alargando ao máximo o âmbito da discussão.

Foram debatidos os seguintes temas: “O valor de educar” com a participação de Fernando Savater e Ricardo Moreno Castillo; “Fazer contas ajuda a pensar?” com Michel Fayol e Andrei Toom; e “Como se aprende a ler?” com Roger Beard e Linda Siegel.

A fim de alargar o âmbito da discussão, procurou-se a expansão das conferências para várias zonas do país. Deste modo realizaram-se seis conferências em Faro, Lisboa, Porto e Coimbra.

A divulgação do projecto foi feita essencialmente através da página *online* da Fundação e contou também com a participação da Porto Editora através da comunicações com professores e outros interessados em educação. Foram distribuídos 1 500 cartazes em escolas secundárias e a 42 Escolas Superiores de educação.

Este ciclo de conferências foi transmitido através da SIC *online*. Cada conferência teve um livro associado, distribuído gratuitamente aos



participantes, composto por textos originais, com uma excepção parcial, a de um texto de Fernando Savater retirado da obra “O valor de educar” e que foi incluído no primeiro livro, com três textos originais de outros autores. Nestas publicações foram também apresentados dois pequenos estudos exploratórios sobre a realidade educativa portuguesa e executados a pedido da FFMS.

Título	Oradores	Local	Participantes
O valor de educar	Fernando Savater, Ricardo Moreno Castillo, Nuno Crato	Grande Auditório da U. Algarve	417
		Auditório da Faculdade de Ciências - Lisboa	489
		Torre do Tombo - Lisboa	315
Fazer contas ajuda a pensar?	Andrei Toom, Michel Fayol, António Bivar	Biblioteca Almeida Garrett - Porto	96
		Transmissão SIC On Line	1,039
		Auditório da Reitoria da U. Coimbra	324
Como se aprende a ler?	Roger Beard, Linda Siegel, Isabe Leite	Torre do Tombo - Lisboa	339
		Transmissão SIC On Line	1,079

Foram distribuídos 2547 livros e actualmente encontram-se à venda em livrarias, sendo a sua distribuição assegurada pela Porto Editora.

Os grandes objectivos foram atingidos, a adesão foi muito superior ao esperado, tendo as inscrições esgotado rapidamente. Construiu-se uma base de dados de 3682 endereços de professores que desejam receber informação da Fundação.

A equipa líder de projecto considera que, num ano, a Fundação contribuiu para o debate e a divulgação científica na área da educação, deixando elementos para futuros debates e estudos.

Conferências da Primavera: Mitos e realidades da Educação

Estas conferências, previstas para 2012, destinam-se a concentrar o debate em temas muito concretos e a estimular a participação de especialistas, designadamente, professores, administradores de educação, pedagogos, psicólogos e outros interessados. Procurar-se-á aprofundar o debate sobre questões aparentemente consensuais ou “intocáveis” e que, por isso mesmo, merecem ser postas regularmente em causa.

Estudos de Educação

Os estudos realizados, iniciados ou aprovados em 2010 são os seguintes: “Os manuais de Língua Portuguesa”; “O ensino da Matemática no Ensino Básico”; “A exigência conceptual no ensino das Ciências do 1º ao 9º anos de escolaridade”; “O ensino de uma segunda língua”. Além disso, estão em preparação alguns estudos de âmbito alargado: “Preparação dos estudantes à entrada na Universidade”; “A leitura no 1º ciclo: Crenças, conhecimentos e formação dos professores”; “Evolução do ensino público nas últimas décadas: População escolar e carga horária”; “Evolução do ensino público nas últimas décadas: Conteúdos, manuais e exames”. Em regra, estes estudos versam matérias e temas bem definidos e, na maior parte dos casos, relativos à sala de aula, à realidade central do processo educativo e pedagógico que, tantas vezes, aparece ausente das discussões sobre Educação.

Programa População e Demografia

Este programa debruça-se sobre as questões sociais, económicas, geográficas e nas suas relações com o movimento da população e a evolução demográfica. Portugal vive tempos de aceleração das transformações demográficas e faz-se sentir a falta de estudos sobre as determinantes do processo demográfico. Nas últimas décadas, a natalidade, a mortalidade infantil, a fecundidade, a esperança de vida, a emigração e a imigração conheceram mudanças muito significativas e cada vez mais rápidas, mas ainda insuficientemente estudadas.

Ao abrigo do protocolo de cooperação estabelecido entre a FFMS e o Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, estão em execução dois estudos: “Processos de envelhecimento: implicações sociais” e “As dinâmicas e o envelhecimento: diagnóstico e projecções”. Ambos iniciaram



os seus trabalhos em 2010, mas a sua execução foi retardada. Seja por dificuldade de acesso a certos dados estatísticos, seja pela necessidade de ajustar a duração do estudo ao calendário de realização e publicação do Censo de 2011.

Os processos de envelhecimento

O projecto, liderado cientificamente por Manuel Villaverde Cabral e executado por Pedro Moura Ferreira, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no quadro do Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, propõe-se desenvolver a temática do uso do tempo e as redes sociais. Trata-se uma temática pouco abordada pela investigação social, mas importante para a compreensão do envelhecimento, especialmente no que respeita ao modo como este ocorre e se manifesta nos diferentes grupos sociais. Envelhecer de uma forma saudável implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde. No entanto, estas condições não podem ser isoladas do quadro de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros.

A investigação tem revelado a existência de relações estreitas entre a actividade social e vários aspectos da saúde física, emocional e mental das pessoas de idade, sublinhando a importância dessa actividade para as manter independentes, produtivas e saudáveis. Os fracos recursos económicos, culturais e até cognitivos que caracterizam os idosos portugueses tendem a provocar, no entanto, em especial na reforma e na viuvez, uma



diminuição da taxa de actividade exterior que acentua inevitavelmente o isolamento social. Deste ponto de vista, o envolvimento com os outros e a ocupação do tempo de uma forma individual e colectivamente útil representariam condicionantes importantes do modo como se envelhece. As actividades das pessoas de idade, pelo menos algumas delas, podem constituir contribuições para o bem-estar da sociedade, como nos casos, entre outros, da contratação de serviços prestados por terceiros, da agricultura de auto-subsistência, do trabalho voluntário, do apoio aos vizinhos e à comunidade, dos cuidados prestados aos netos ou aos familiares doentes. A difusão destas actividades entre a população idosa constitui, sem dúvida, uma importante questão a ser investigada, não apenas devido à potencial relação positiva que é possível estabelecer com o estado de saúde físico, emocional e mental dos indivíduos, mas também porque ajudaria a repensar o papel social do grupo idoso na sociedade, normalmente visto sob a égide da dependência, da pobreza e da exclusão, em vez de representar também um mercado potencial para inúmeras actividades económicas relevantes, como o turismo, as universidades para a terceira idade, etc.

Apesar de a ideia do envelhecimento activo se revelar sedutora, sobretudo numa conjuntura em que aumenta o receio em relação ao custo social e económico da terceira idade, não se podem subestimar os factores individuais e sociais que favorecem ou inibem as oportunidades de envelhecimento saudável, como o género, a classe social, as condições de saúde ou outras características socio-demográficas, tendo em consideração o contexto social, económico e cultural em que se manifestam. A actividade social



tanto pode ser uma causa como uma consequência do envelhecimento saudável. Evitando entrar neste jogo de causalidade circular, o projecto propõe-se evidenciar, no essencial, o impacto dos diversos determinantes individuais e sociais nas articulações que se estabelecem entre os usos do tempo, as redes sociais e o envelhecimento.

Em termos de recomendações para a política pública, o projecto espera mostrar a importância da actividade e das redes sociais na forma como se envelhece, identificando nomeadamente as condições sociais que favorecem as motivações dos indivíduos para um envelhecimento activo e saudável. Estimular meios que promovam a actividade e criem laços com os outros são duas orientações a aprofundar no sentido de encontrar respostas para as políticas públicas.

As dinâmicas de envelhecimento

O projecto, liderado cientificamente por Manuel Villaverde Cabral e executado por Mário Leston Bandeira, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no quadro do Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, propõe-se analisar as principais dinâmicas demográficas e sociais do envelhecimento em Portugal.

O envelhecimento da população portuguesa iniciou a sua fase mais visível na década de 1960 – época em que a natalidade se mantinha ainda relativamente elevada – sob o efeito de dois tipos de emigração: movimentos externos para países europeus e movimentos internos para o litoral urbano. Sendo protagonizadas principalmente por rurais activos e jovens das regiões do interior, estas migrações alteraram os equilíbrios existentes, até então, entre as estruturas dessas populações, dando início a um processo de envelhecimento que muito se agravou desde então, como mostram os índices de envelhecimento dos concelhos do interior em 2001.

Não sendo Portugal um país demograficamente homogéneo, impõe-se naturalmente que seja feito um diagnóstico comparativo e diferenciado acerca da situação actual e perspectivas das dinâmicas demográficas e envelhecimento regionais.

A influência das dinâmicas demográficas sobre as estruturas de população é permanente e contínua. Mas as estruturas também condicionam a



dinâmica das populações, principalmente a natalidade. Por detrás da baixa da natalidade está a difusão do novo modelo de família conjugal.

Porque controlam e limitam o número dos seus descendentes, as famílias contribuem para o aumento da população idosa. Contudo, elas são diminuídas na sua capacidade para acolher e apoiar os seus ascendentes, porque: 1) a vida familiar organiza-se em círculo privado especialmente dedicado aos filhos; 2) as funcionalidades familiares são limitadas pelas exigências da vida profissional do casal, especialmente das mulheres.

A análise da evolução das estruturas da população portuguesa e do processo de envelhecimento será construída a partir dos dados dos recenseamentos decenais, com o cálculo dos habituais indicadores para esta análise – proporções etárias, relações de dependência, índices de envelhecimento – e também indicadores relativos à população activa, incluindo o nível de instrução e a presença de população imigrada no mercado do trabalho, bem como as formas de coabitação em estruturas domésticas. Será feita, sempre que se justificar, uma análise comparativa para cada momento de observação, entre estruturas masculinas e estruturas femininas, assim como entre unidades territoriais. Trabalhar-se-ão os dados existentes na sua forma mais desagregada possível, por forma a torná-los compatíveis com as NUTS.

Além do melhor conhecimento dos processos diferenciados (por regiões) de evolução demográfica, este projecto inclui ainda um trabalho de elaboração de projecções da população para 2050, na tentativa de responder a várias perguntas sobre a evolução futura do envelhecimento, da dependência individual, da esperança de vida, da situação familiar, das redes familiares, da idade de aposentação e da situação sanitária de uma população envelhecida.

12 PROJECTOS TEMPORÁRIOS

As desigualdades sociais e económicas em Portugal

Este projecto é realizado por Carlos Farinha Rodrigues (do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa), tem como consultor Anthony Atkinson (da Universidade de Oxford) e é acompanhado pelo Conselheiro José Tavares. Foi executado durante o ano de 2010, devendo os seus resultados ser anunciados ao público e discutidos a partir do final do primeiro semestre de 2011.

O objectivo deste projecto é o de tentar identificar algumas das principais características da desigualdade económica em Portugal, avaliar quais os sectores da sociedade que mais são afectados pelas alterações na distribuição dos rendimentos, quais as fontes de rendimentos que mais contribuem para a desigualdade e quais as principais tendências ocorridas nas últimas décadas em Portugal.

Utilizando a informação estatística mais relevante disponível em Portugal, baseada nos Inquéritos às Famílias realizados pelo INE e ainda em informação constante nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pretende-se proceder a uma caracterização, tão exhaustiva quanto a informação disponível o permita, acerca da desigualdade económica na distribuição pessoal do rendimento em Portugal, dos seus determinantes mais estruturais e dos seus factores de persistência, bem assim como dos impactos da intervenção do Estado através das políticas fiscais e sociais.

A importância atribuída pela comunidade científica ao fenómeno das desigualdades em Portugal será igualmente objecto de análise através de um 'survey' da literatura existente sobre o tema desde os anos 60 do século passado, confrontando os resultados obtidos pelos vários investigadores com os principais resultados do projecto de forma a aprofundar e complementar a caracterização e a evolução das desigualdades económicas em Portugal.

O projecto tem como objectivo central descrever e analisar a evolução da desigualdade na distribuição pessoal dos rendimentos em Portugal ao longo das últimas décadas. A avaliação das principais mutações ocorridas na desigualdade na distribuição dos rendimentos pressupõe o estudo integrado dos módulos seguintes: a) Análise da desigualdade em Portugal e comparação com o de outros países desenvolvidos, em particular os da UE; b) Estudo das principais tendências de evolução da desigualdade, associando-a ao crescimento económico e às alterações ocorridas no nível de vida do conjunto da população; c) Identificação dos principais factores explicativos da desigualdade, nomeadamente através da utilização de técnicas de decomposição da desigualdade por grupos socio-económicos e por fontes de rendimento; d) Descrição da associação entre desigualdade na distribuição pessoal do rendimento e desigualdade salarial; e) Avaliação parcial dos impactos das políticas fiscal e social sobre a distribuição do rendimento; f) Formulação de um conjunto de sugestões quanto ao aperfeiçoamento da informação relevante para o estudo das desigualdades em Portugal. Estas sugestões poderão eventualmente constituir o embrião de trabalhos futuros a desenvolver nesta área.



Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia: uma perspectiva comparada

Este projecto foi idealizado em 2010 e amplamente discutido no Conselho Científico pois tratava-se da primeira actividade da FFMS deste género: através de um apelo internacional de candidaturas. A iniciativa pertenceu a José Tavares e Pedro Magalhães, do Conselho Científico. O projecto, lançado pela FFMS no início do segundo semestre de 2010, pretendeu atrair, através de um apelo de propostas (*call for papers*) divulgado internacionalmente, investigadores com reputação estabelecida na área do estudo das atitudes e valores culturais e da sua relação com o desenvolvimento económico e a qualidade da democracia. Este formato de angariação de propostas colocou exigências específicas que, dada a amplitude ambicionada e a falta de experiência respectiva, exigiram um especial esforço da parte dos colaboradores da Fundação. Foram enviados milhares de convites a académicos e a instituições de muitos países, com o propósito de começar a estabelecer relações com as redes dedicadas à pesquisa e à investigação.

O principal objectivo deste projecto consiste no propósito de caracterizar a população portuguesa quanto a atitudes e valores susceptíveis de promover ou atrasar o desenvolvimento económico e político do país, tais como a capacidade de cooperação, de assunção de riscos, de organização



e de consideração das consequências de possíveis eventos futuros. Com esse intuito, proceder-se-á a uma comparação entre as atitudes e valores acima referidos em Portugal e noutro país. Está evidentemente implícita neste projecto, como em todos os que a FFMS patrocina, a determinação de informar o grande público das grandes conclusões que resultam dos dados recolhidos e relações estudadas, assim como criar e tornar disponível à comunidade científica uma base de dados que incentive o estudo aprofundado das relações entre atitudes, valores e desenvolvimento económico e político em Portugal e no país de comparação.

A primeira fase deste projecto terminou no início de 2011. Concorreram cerca de 90 cientistas, equipas de investigação, centros de estudos ou universidades de vários países europeus e dos Estados Unidos. Foram seleccionadas cinco candidaturas que passaram à segunda fase, a do desenvolvimento e concretização do projecto, dos métodos, das hipóteses de trabalho e dos respectivos calendários e orçamentos. (Anexo VII).

O contributo dos Fundos comunitários para o desenvolvimento de Portugal, desde 1985

Este projecto, a cargo da empresa AMA (Augusto Mateus Associados), tem como objectivo estudar o contributo dos Fundos Comunitários à luz do desenvolvimento do país nas primeiras décadas de integração na União Europeia. Por Fundos Comunitários entende-se o conjunto dos Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FSE – Fundo Social Europeu, FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola e IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca) e do Fundo de Coesão, os grandes instrumentos financeiros que a União Europeia disponibilizou a Portugal com o objectivo de reduzir as disparidades de desenvolvimento face aos restantes Estados Membros e de garantir a coesão económica, social e territorial.

Desde a adesão, em 1986, até à actualidade, a União Europeia colocou à disposição do país avultados recursos para financiamento de intervenções regionalizadas ou horizontais realizadas com investimento público nacional e investimento privado. Os Fundos Estruturais foram contemplados em

quatro ciclos de programação ou quadros comunitários de apoio (QCA): Anterior Regulamento (1986-1988), QCA I (1989-1993), QCA II (1994-1999), QCA III (2000-2006). Os Fundos de Coesão, disponibilizados para reforçar a coesão económica e social dos Estados Membros com produto nacional bruto por habitante inferior a 90% da média comunitária, tiveram dois ciclos de programação (1993-1999 e 2000-2006).

O objectivo central deste projecto consiste em averiguar a utilidade dos Fundos Comunitários em função da evolução registada na sociedade portuguesa. Por outras palavras, é através da sociedade portuguesa que se irá avaliar o efeito dos Fundos Comunitários. As perguntas que constituem o ponto de partida para esta investigação e para a análise subsequente são: “O que teria sido a sociedade portuguesa sem os Fundos Comunitários?” ou “Qual o contributo directo dos Fundos Comunitários nas trajetórias, positivas e negativas, registadas na sociedade portuguesa entre 1986 e 2006?” ou, ainda, “Como foi alcançada ou não uma adequada articulação entre promoção da equidade e da eficiência na utilização dos fundos estruturais?”

A participação de Portugal nas decisões da União Europeia

Este projecto, dirigido por Richard Rose e Alexander Trechsel (ambos do IUE, Instituto Universitário Europeu, de Florença), pretende analisar e avaliar a participação de Portugal (tanto o Estado e as instituições públicas, como



as organizações privadas e profissionais) nas decisões europeias. Pretende-se determinar melhor o método e a eficácia da participação portuguesa nos processos multinacionais de decisão. Estes, tal como estão desenhados, oferecem a cada país, a cada Estado e às organizações privadas interessadas, uma grande variedade de oportunidades e de circuitos de participação e de possibilidade de influenciar as decisões. Assim, procurar-se-á estudar em particular certos agentes de decisão ou de participação como o Conselho Europeu, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, do lado da União. E, do lado de Portugal, o papel do governo e da Administração Pública, das organizações profissionais, empresariais e sociais e dos cidadãos em geral. Será em particular prestada atenção à comparação entre Portugal e outros países de pequena e média dimensão. Pretende-se medir as diversas formas de exercício de poder e de influência, tanto do Estado, do governo, do Parlamento e de todas as instituições públicas, como também das organizações civis e privadas (económicas, empresariais, associativas, profissionais, etc.). Procura-se responder a uma pergunta simples: “Em que medida tem Portugal sabido defender e fazer valer os seus interesses neste cada vez mais complexo processo de decisão europeia?”. Este projecto é acompanhado, por parte da FFMS, por Miguel Maduro, membro do Conselho Científico, e por um Conselho Consultivo especialmente criado para o efeito (Miguel Maduro, José Tavares, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães, José Pena Amaral, Jorge Vasconcelos e Álvaro Mendonça e Moura).



13 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

A organização das actividades da FFMS foi desde o início inspirada por um princípio experimental. Sem história própria e sem exemplos afins, definiram-se alguns eixos de actividade e alguns métodos de trabalho (Ver Relatório de 2009) e foram-se desenvolvendo e acolhendo ideias. O Conselho Científico desempenhou, a este propósito, um papel fundamental. As primeiras iniciativas corresponderam à regra de ser a FFMS a definir projectos e escolher os respectivos autores e responsáveis. O princípio da oportunidade (detectar os responsáveis capazes, interessados e disponíveis) esteve então em vigor. A primeira grande alteração ocorreu com o lançamento do primeiro “Apelo a candidaturas” (*Call for proposals*) com resultados interessantes, como é referido acima. É possível que esta via seja prosseguida nos próximos anos, mas sempre gradualmente, a fim de permitir uma equilibrada adaptação da FFMS a novas formas de trabalho.

Com a organização de áreas de actividade em “Programas”, dá-se mais um passo. Pretende-se, com esta organização, criar áreas consolidadas de iniciativas, agrupando estudos, *workshops*, conferências e edições de toda a espécie (livros, ensaios, filmes para o cinema ou a televisão, DVD, CD, etc.). Estes programas poderão, com o tempo e a consistência, desempenhar várias funções: as de “observatório”, de património de conhecimento, de *think tank*, de *watchdog* e de centro de discussão e debate. Evitando dogmatismo ou noções pré-concebidas, o Conselho de Administração procura ajustar a organização, o conceito e a função às realidades e aos resultados obtidos. Não está em causa a transformação da FFMS num verdadeiro *think tank*. Desde o início das suas actividades negou-se tal equiparação, sobretudo na medida em que a FFMS não se reclama de um programa político, de uma doutrina social e económica específica, muito menos de uma proximidade partidária. Continua a ser esse o entendimento do Conselho de Administração. Mas também é verdade que certos aspectos da acção de



um *think tank*, como sejam o estudo das realidades, o estímulo ao debate público e a preparação de sugestões e recomendações, são comuns à acção da FFMS.

Com o desenvolvimento dos projectos da Fundação, tem vindo a surgir um problema novo para o qual será útil prever soluções. A FFMS tem necessidade de reforçar a sua capacidade científica e técnica de análise de projectos, de eventuais candidaturas e de relatórios terminados. A escolha dos responsáveis pelos estudos a realizar é evidentemente o primeiro dever a cumprir e que pode já constituir uma garantia de qualidade e rigor. Mas importa ainda assegurar que os projectos estão bem preparados, condição indispensável para o seu êxito ulterior, e que os resultados estão à altura das expectativas. Para estas tarefas, o papel do Conselho Científico é fundamental. Neste último ano, este órgão desempenhou funções que muito contribuíram para a capacidade de avaliação da FFMS. Além disso, foi decidido tomar várias medidas para melhorar as competências científicas da Fundação. Em certos casos, recorreremos já à participação de reputados cientistas em júris de avaliação, como no caso do “apelo de propostas” sobre “Valores culturais, o desenvolvimento económico e a qualidade da democracia”. Noutros casos, como por exemplo no projecto “A participação de Portugal nas decisões da União Europeia”, foi criado um Conselho Consultivo, para o qual se recorreu a personalidade de reconhecida competência.

Noutros casos ainda, solicita-se a colaboração de instituições habilitadas a essa missão. Foi por exemplo estabelecido um contrato de parceria com a empresa de consultoria “Augusto Mateus, Associados”, a fim de obter alguns contributos inovadores para a Pordata. Já em 2011, foi ainda assinado um protocolo de cooperação com o ISEGI (Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação). É ainda possível que, a partir do presente ano, se venha a instituir um sistema permanente de “referee”. Isto é, segundo a proposta de um membro do Conselho Científico, a FFMS poderia reservar uma pequena percentagem dos custos totais de um projecto a fim de custear os honorários de um “referee” sem ligações com a FFMS ou com as equipas responsáveis e que asseguraria um acompanhamento e uma avaliação dos projectos em curso.

Tema igualmente interessante diz respeito à nacionalidade dos investigadores e das instituições a quem a FFMS confiou a responsabilidade dos projectos em curso. Aqueles são, em grande maioria, portugueses e ligados a instituições portuguesas. Há, todavia, três projectos dirigidos e executados por estrangeiros sediados em instituições de outros países (Instituto Universitário Europeu, de Florença; Universidade Complutense, Madrid) e um projecto em curso de preparação e selecção de um candidato entre cinco (quatro estrangeiros e um português). Além disso, um projecto aprovado será dirigido por um investigador português (e assistentes portugueses) a trabalhar numa universidade americana (William and Mary College, Virginia). As decisões sobre estas escolhas foram tomadas sem qualquer preconceito sobre a nacionalidade dos investigadores e das instituições.



É natural que a maior parte dos projectos seja dirigida por portugueses. Mas foi um princípio de oportunidade que levou à selecção de três estrangeiros. Quanto ao projecto “Valores culturais...”, foi uma deliberação intencional: alargar os horizontes e permitir que estrangeiros e portugueses se apresentem a concurso em igualdade de circunstâncias. Esse concurso deu visibilidade internacional à FFMS e permitiu contactar inúmeros académicos.

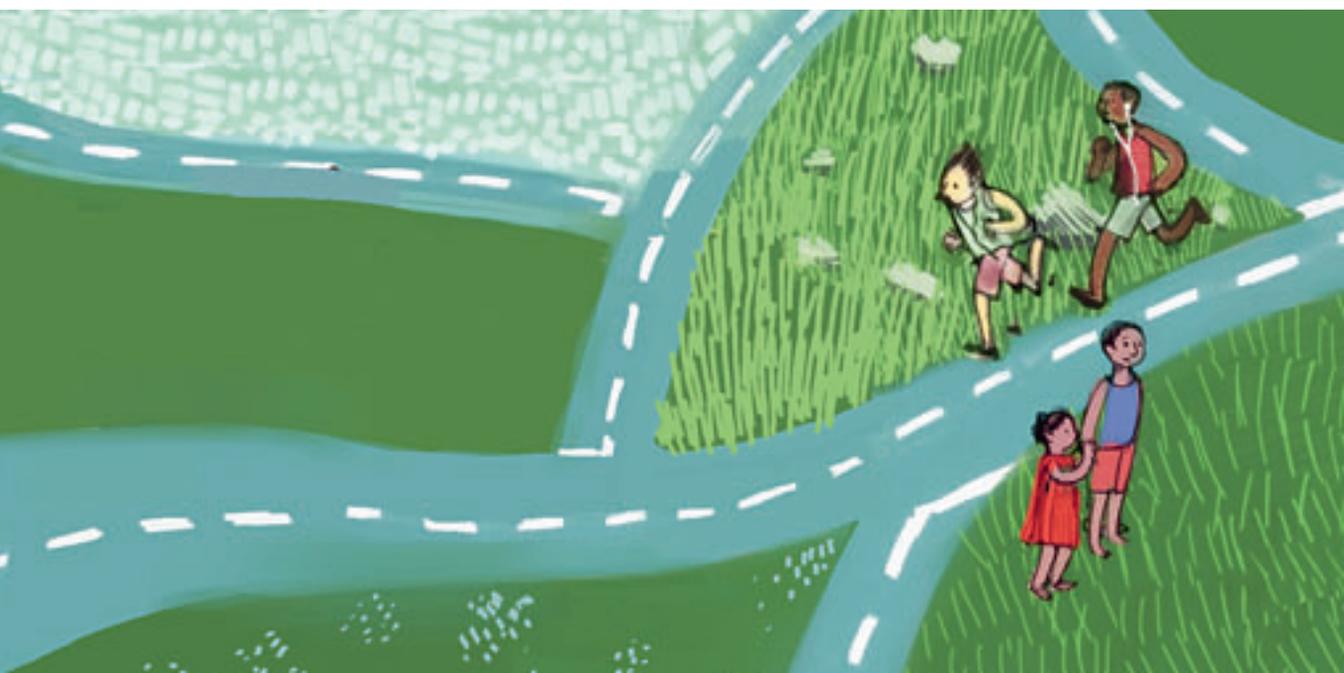
O Conselho de Administração entende que é aconselhável manter um equilíbrio entre investigadores nacionais e estrangeiros. Mas também pensa que não existe um só tema que só possa ser estudado por um português ou por um estrangeiro. A “distância estrangeira” e a “familiaridade portuguesa” podem ser defeitos ou virtudes. Um pré-requisito de naturalidade não é um critério de rigor e qualidade.

Quanto ao equilíbrio temático e sectorial, se considerarmos a totalidade da Dotação do Ano, a repartição dos custos dos projectos em 2010 dá uma ideia da situação actual.

	%
Dotação total	100,00
Custos de funcionamento	16,0
Comunicação e promoção	5,0
Projectos	
Pordata	5,0
Ensaios	6,0
Educação	3,0
Justiça	0,5
Saúde	2,0
População e demografia	0,5
Valores e atitudes	0,5
Questões sociais	1,0
Questões de desenvolvimento	1,5
Reserva	59,0

Todavia, se considerarmos um período mais dilatado de três anos (2010 a 2012), mais adequado à realidade, pois tem em conta com o desenvolvimento dos projectos, a distribuição temática e disciplinar é um pouco diferente:

	%
Dotação total	100,0
Custos de funcionamento	20,0
Comunicação e promoção	9,5
Projectos	
Pordata	8,0
Ensaio	7,0
Educação	4,0
Justiça	3,0
Saúde	3,0
População e demografia	1,5
Valores e atitudes	4,0
Questões sociais	3,0
Questões de desenvolvimento	3,5
Reserva	34,0



Classificação de projectos e programas

Saúde

Custos e preços da saúde
Evolução da Mortalidade Infantil

Educação

Conferências Mitos e realidades da Educação
Conferências Questões-chave de Educação
Manuais da Língua portuguesa
Ensino da Matemática no ensino básico
A exigência conceptual no ensino das Ciências
O ensino de uma segunda língua

Justiça

Avaliação legislativa em Portugal e na Europa
Avaliações legislativas: estudos de casos
A gestão judiciária

O Segredo de Justiça
A Justiça económica
e-book “A Constituição revista”

População e demografia

Processos de envelhecimento
Dinâmicas de envelhecimento

Valores e atitudes

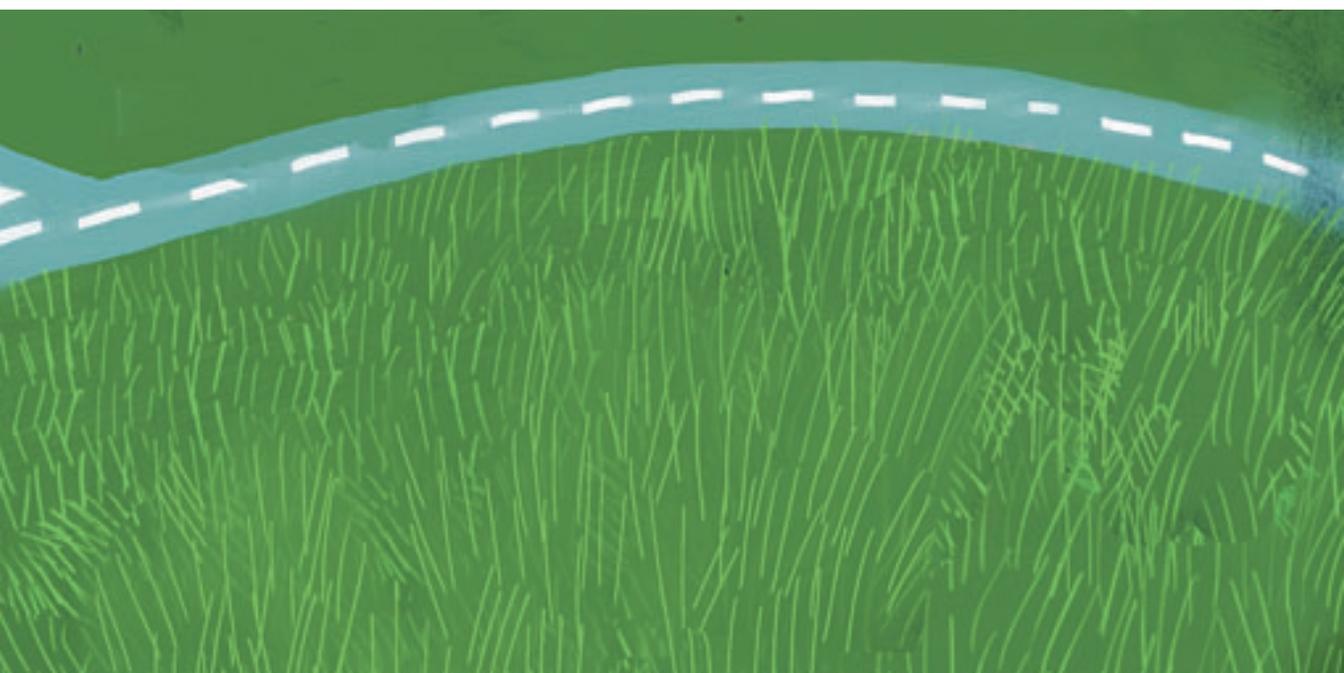
POP – Portal de Opinião Pública
Valores culturais, desenvolvimento e democracia

Questões sociais

Desigualdades sociais em Portugal

Questões de desenvolvimento

Os fundos europeus em Portugal, 1985 a 2010
Participação de Portugal nas decisões europeias



Quanto à estratégia de formulação de projectos, pretende-se passar muito gradualmente da primeira fase (selecção de temas e responsáveis exclusivamente a cuidado da FFMS, com passividade perante projectos não solicitados) à segunda, na qual se começa a prestar atenção a eventuais candidaturas à realização de projectos inicialmente formulados pela FFMS. O que não elimina totalmente a obrigação de ouvir ou ser sensível a iniciativas espontâneas e a solicitações exteriores.

O método do concurso, já ensaiado uma vez, parece revelar muitas potencialidades, permitindo nomeadamente descobrir oportunidades novas.

A este propósito, convém sublinhar o facto de o Conselho de Administração se ter mantido firme, quase inflexível, na recusa de apoiar múltiplas iniciativas exteriores, a maioria das quais estava, aliás, fora das competências e regras estatutárias. A pressão exterior tem sido, como seria de prever, muito forte para apoiar financeiramente a edição de livros, a realização de conferências e congressos, a produção artística, viagens de estudo, projectos académicos e bolsas de formação e acções de beneficência. Algumas dessas solicitações eram de mérito, mas tem-se mantido um critério de não admitir excepções que conduziriam a uma inevitável fragmentação e a uma eventual deriva da missão da FFMS.

14 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

A opção principal é a de alargar o mais possível a comunicação e a difusão dos materiais produzidos pela FFMS. Todos os meios estão ou vão ser utilizados: livros, *newsletters*, conferências, informações breves, jornais, publicidade, televisão, rádio, Internet, canais OnLine, DVD, etc. A ideia de “massificar” a informação e as análises parece necessária à realização de uma ambição: a de organizar um serviço público ao serviço da formação de opiniões livres. O Conselho de Administração entende que alguns recursos

consideráveis devem ser reservados ao cumprimento desta estratégia.

A “massificação” da informação e das interpretações e análises é moderada pela necessidade de não eliminar certo tipo de actividades, de iniciativas e de estudos, mais eruditos, mais complexos ou mais especializados que, dirigidos a um público reduzido, contribuem também para um melhor conhecimento da realidade e um mais sólido aprofundamento do saber.

De qualquer modo, a “massificação” é apenas um instrumento. Na verdade, o fim último que se visa é o de promover a discussão pública e a formação de opiniões livres. A este propósito, sublinha-se mais uma vez uma regra primordial da FFMS: a Fundação não quer convencer ninguém, nem tomar posição por um ponto de vista, pretende, isso sim, fornecer os instrumentos que contribuam para o pensamento livre.

A questão do debate público levanta a dos meios necessários à sua realização. A partir deste seu terceiro ano de existência, a FFMS deverá encontrar soluções promotoras da participação de instituições, de organizações, de profissionais, de voluntários, de estudantes e de outros grupos de cidadãos.

Finalmente, a imagem da FFMS. Esta tem de seguir os critérios essenciais da missão e dos objectivos: conhecimento,



independência, liberdade e rigor. A que deve acrescentar um espírito de sobriedade, sendo verdade que a seriedade não pode impedir a modernidade. O Conselho de Administração pensa que todos os métodos devem ser utilizados, desde os mais clássicos (livros, conferências...), aos mais contemporâneos (NET, DVD, redes sociais, etc.). Assim, a nova página da FFMS na NET está em construção, numa tentativa de conter um vasto património de conhecimento e informação, tornando-o acessível de modo atraente. Se um objectivo essencial consiste no estímulo ao debate e à discussão, as novas técnicas de difusão parecem ser os meios eficazes de o conseguir. Procura-se que, gradualmente, a imagem da FFMS se torne familiar e reconhecida.

A partir de 2010, foram criados e difundidos os dois principais itens de identificação da FFMS.



Também a PORDATA passou a ser identificada por um logotipo.





15 PROTOCOLOS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Em 2010 foram assinados novos protocolos de colaboração com as seguintes entidades: IM (Instituto de Meteorologia), ISEGI (Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa), DGAI (Direcção Geral da Administração Interna), IGP (Instituto Geográfico de Portugal), IE (Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa), RTP (Radiotelevisão de Portugal) e RBE (Rede de Bibliotecas Escolares). (Anexo VIII).

Foram ainda estabelecidos contratos e acordos de colaboração com as seguintes organizações: ACL (Associação Comercial de Lisboa), Porto Editora, AMA (Augusto Mateus Associados), IUE (Instituto Universitário Europeu), *Expresso*, *TSF*, *SIC*, *Público*, *Diário de Notícias* e *Visão*. (Anexo IX).

16 RELATÓRIO FINANCEIRO

O relatório financeiro a seguir pormenorizado reflecte as contas da Fundação. Deve ser sublinhado o facto de a família Fundadora ter procedido pontualmente às entregas prometidas e contratadas.

O Conselho de Administração mantém-se fiel à sua política de só efectuar aplicações seguras sem risco ou de muito reduzido risco. Esta opção pode representar uma relativa perda de rendimentos, mas revela-se a mais acertada sob todos os outros pontos de vista. O Conselho Fiscal tem sido chamado a reflectir sobre esta opção e tem dado um excelente contributo.

Mantém-se igualmente a determinação de cativar os fundos afectos a projectos por toda a sua duração.

Questão a merecer especial atenção no futuro é a do IVA suportado pela FFMS. Este ano, o imposto atingiu um valor da ordem dos 234.750,56€, que a Fundação não pode repercutir nos serviços prestados. Isto representa um considerável custo adicional em todos os projectos, não lucrativos, que a Fundação patrocina.



17 COLABORAÇÃO COM O FUNDADOR

Para além dos aspectos financeiros, acima relatados, a colaboração da família Fundadora tem-se continuado a revelar fértil e cordial. O Fundador e Presidente do Conselho de Curadores, Alexandre Soares dos Santos, nunca regateou conselho e colaboração.

18 PERSPECTIVAS E PROGRAMA DE ACTIVIDADES

Em resumo, os objectivos essenciais para 2011 sublinham a continuidade das principais actividades, mas consagram um esforço de adaptação, de alargamento e de renovação (Anexo X).

Prosseguir-se-á a consolidação das iniciativas de estudo e difusão.

Continuará a alargar-se e diversificar-se os meios de difusão: livros, estudos, NET, redes sociais, documentários cinematográficos, televisão, conferências, *workshops* especializados e clubes de debate.

Deverá reforçar-se a ideia de que a concepção dos meios de comunicação se destinam a vários e muito diversificados públicos: mais ou menos eruditos, generalistas e especialistas de todas as idades e de vários segmentos sociais. Esta diversidade pode ser uma especial vocação da FFMS, mas constitui uma dificuldade real de concepção e de estratégia.

Será necessário prestar especial atenção aos jovens interessados, tentando sempre que possível organizar actividades de debate e discussão com as associações de jovens, nomeadamente nas universidades.

Espera-se aprofundar os temas de estudo, tentando abordar assuntos sobre os quais existe pouca literatura e uma reduzida iniciativa. Por exemplo, os valores morais e culturais ou os sentimentos e as condições da liberdade.

Finalmente, continuará a prestar-se especial atenção às políticas públicas (Saúde, Educação, Justiça, investimentos, solidariedade, etc.) cujo escrutínio é por vezes diminuto.

Do ponto de vista dos conteúdos, os projectos e as iniciativas da FFMS tenderão a ser orientados pelas ideias gerais da procura de compreensão das realidades e da busca de soluções para o melhoramento das instituições públicas, o reforço dos direitos e das liberdades individuais e o desenvolvimento da sociedade.

De futuro, as actividades da FFMS poderão vir a ser agrupadas em grandes áreas temáticas afins (Anexo XI).

Lisboa, 10 de Março de 2011

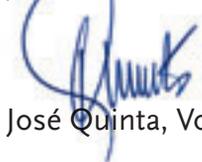
O Conselho de Administração



António Barreto, Presidente



José Soares dos Santos, Vogal



José Quinta, Vogal

Anexos ao Relatório de Actividades



ANEXO I - ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Curadores

Alexandre Soares Santos, presidente

António Araújo

Carlos Moreira da Silva

Isabel Jonet

João Lobo Antunes

Joaquim Gomes Canotilho

Luís Valente de Oliveira

Manuel Braga da Cruz

Manuel Clemente

Raul Miguel Rosado Fernandes

Vasco dos Santos

Conselho Científico e Cultural (não estatutário)

Francisco Sarsfield Cabral

José Amaral

José Mendes Ribeiro

José Tavares

Maria de Fátima Bonifácio

Maria João Valente Rosa

Miguel Poiares Maduro

Nuno Crato

Pedro Magalhães

Nuno Garoupa

Paulo Rosado

Conselho Fiscal

José Luís Nogueira de Brito, Presidente

Luís Palha

Auren Auditores & Associados , SROC, S.A.

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares Santos, Presidente

Luís Valente de Oliveira

Isabel Jonet

Conselho de Administração

António Barreto, presidente

José Soares dos Santos

José Quinta

ANEXO II - UTILIDADE PÚBLICA



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social,

Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tugo Valente Almeida da Silveira

ANEXO III - CARTA DE PRINCÍPIOS

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

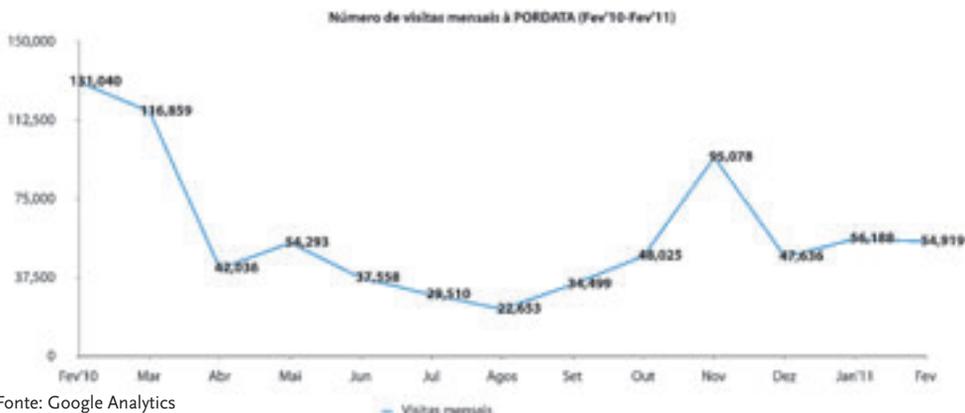
A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

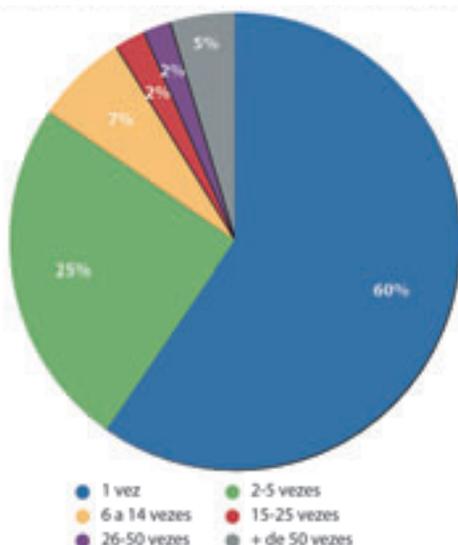
A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

ANEXO IV - INDICADORES DA PORDATA



Visitantes por número de visitas à PORDATA (%) - Fev'10-Fev'11



Fonte: Google Analytics

Resumo Estatísticas (Fev'10 - Fev'11)

Número de páginas vistas	3.549.035
Número de visitas	720.294
Média de visitas/dia	1.941
Número de visitantes únicos	457.951
Tempo médio de visita	4:06
no. médio de páginas visitadas	5
% de novas visitas	59,4%
Número de registados no site	3.310
Facebook e Twitter (Set - Fev'11)	
Número de fans	5.194
Número de followers	461
Aplicação iPhone (Fev'11)	
Número de downloads	9.727

ANEXO V - ACÇÕES DE FORMAÇÃO PORDATA

Concelhos abrangidos: 61

Distritos:

Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Santarém, Lisboa, Setúbal e Algarve

Entidades abrangidas:

Imprensa: *Visão/Expresso*, correspondentes estrangeiros

Televisão: RTP, SIC, Canal Q

Rádio: RDP, Rádio Renascença, TSF

Escolas Secundárias: Rede de Bibliotecas Escolares, ES de Cascais

Universidades: ISCEM (Instituto Superior de Comunicação Empresarial, ISCA-UA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro), UALG (Universidade do Algarve) , UCP (Universidade Católica do Porto), IST (Instituto Superior Técnico).

Ministério dos Negócios Estrangeiros

	Formações	Formandos	Formandos %
Imprensa	3	26	2
Televisão	13	125	12
Rádio	21	182	17
Escolas	25	545	51
Universidades	5	145	14
Ministérios	2	30	3
Outros	2	17	2
TOTAL	71	1070	100

ANEXO VI - ENSAIOS DA FUNDAÇÃO PUBLICADOS EM 2010

Maria do Carmo Vieira, *O Ensino do Português*

Luciano Amaral, *Economia Portuguesa: As Últimas Décadas*

Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas, *Portugal: Os Números*

J. L. Saldanha Sanches, *Justiça Fiscal*

David Justino, *Difícil é Educá-los*

Miguel Morgado, *Autoridade*

Miguel Nogueira de Brito, *Propriedade Privada*

ANEXO VII - PROJECTO “VALORES CULTURAIS...”

Número de projectos recebidos: 85

Principais países de origem das candidaturas:

Alemanha, China, Espanha, EUA, Holanda, Índia, Nigéria, Portugal, Reino Unido, Suíça e Turquia.

Principais universidades de origem dos projectos:

Columbia University, DIW Berlin, Duke University, ETH Zürich, Fundação Getúlio Vargas, GALLUP, ICS da Universidade de Lisboa, INESC Porto, ISCTE de Lisboa, ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, LNEC de Lisboa, London School of Economics, Oxford University, Princeton University, RAND Corporation, Trinity College at Cambridge, UCLA at Berkeley, Universidade Autónoma de Barcelona, Universidade da Pennsylvania, Universidade de Amsterdão, Universidade de Aveiro, Universidade de Chicago, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade de Loughborough, Universidade de Macau, Universidade de São Francisco, Universidade de Southampton, Universidade de Warwick, Universidade do Minho, Universidade do Porto e Vanderbilt University

Júri de selecção:

- Els de Wilde, professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- João Ferreira de Almeida, professor do Instituto Universitário de Lisboa, (ISCTE-IUL)
- José Pena do Amaral, membro do Conselho Científico da FFMS, Administrador do Banco Português de Investimentos (BPI)
- José Tavares, membro do Conselho Científico da FFMS, professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Maria Benedicta Monteiro, professora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

- Miguel Pina e Cunha, professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Pedro Magalhães, membro do Conselho Científico da FFMS, Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Candidatos seleccionados:

- Understanding how cultural values influence economic development and quality of governance, Any Wong (RAND Corporation)
- Corporate and National Governance, Values, and Economic Development, Nicholas Burger (RAND Corporation)
- Values, Institutional Quality, and Development, Alejandro Portes (Princeton University)
- Valores e atitudes face à mudança para um novo modelo de desenvolvimento económico: a visão de empresários, autarcas e população, João Ferrão (ICS, Universidade de Lisboa)
- A proposed examination of dishonesty and cheating, Dan Ariely (Duke University)

ANEXO VIII - ENTIDADES SIGNATÁRIAS DE PROTOCOLOS COM A FFMS (2009 E 2010)

INE, Instituto Nacional de Estatística

ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IE da UL, Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa

ISEG da UTL, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

ENSP da UNL, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

FE da UNL, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

IGP, Instituto Geográfico de Portugal

ISEGI da UNL, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa

IM, Instituto de Meteorologia

UL, Universidade de Lisboa

DGAI, Direcção Geral da Administração Interna

CEGEA, Centro de Estudos em Gestão e Economia Aplicada da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa no Porto

RBE, Rede de Bibliotecas Escolares

RTP, Radiotelevisão de Portugal

ANEXO IX - ACORDOS DE COLABORAÇÃO

Durante o ano transacto e nos primeiros meses de 2011, foram estabelecidos acordos de colaboração com várias entidades públicas e privadas.

Relógio d'Água Editores

ACL, Associação Comercial de Lisboa

AMA, Augusto Mateus Associados

Porto Editora

SODILIVROS

TSF

SIC

Público

Diário de Noticias

Visão

Expresso

Universidade do Algarve

Universidade de Coimbra

Universidade do Porto

IUE, Instituto Universitário Europeu, Florença

ANEXO X - PROJECTOS EM CURSO

PORDATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo	Maria João Valente Rosa
Os Ensaios da Fundação	António Araújo
ANUÁRIO	José Manuel Fernandes
POP, Portal da opinião pública	Alice Ramos e Cícero Pereira
Custos e preços da saúde	Carlos Costa
Mortalidade infantil: evolução e causas do decréscimo	Xavier Barreto J. P. Correia
Processos de envelhecimento: Implicações sociais	Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral
Dinâmicas demográficas e envelhecimento	Mário Leston Bandeira e Manuel Villaverde Cabral
As desigualdades sociais em Portugal	Carlos Farinha Rodrigues
Questões chave da Educação	Nuno Crato
Mitos e realidades da Educação	Nuno Crato
Manuais escolares de língua portuguesa	Isabel Leite
A exigência conceptual no ensino das ciências	Maria Margarida Carvalho
A Matemática no ensino básico e secundário	António Bivar
Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia	Responsável a seleccionar
Participação de Portugal nas decisões europeias	Richard Rose e Alexander Trechsel
Contributo dos fundos comunitários para o desenvolvimento em Portugal	Augusto Mateus
Avaliação de impacto legislativo: leis da droga e das propinas	Ricardo Gonçalves
Avaliação legislativa: o estado da arte na Europa	Marta Tavares de Almeida João Caupers Pierre Guibentif
A justiça económica em Portugal	Jorge Morais Carvalho Mariana Gouveia
E-book: A revisão constitucional	Nuno Garoupa
A congestão judiciária na Europa	Sofia Pires de Lima
O segredo de Justiça: estudo comparado em Portugal e Espanha	Fernando Gascón
Efeitos económicos dos investimentos públicos em infra-estruturas	Alfredo Marvão Pereira
Determinantes do desempenho escolar	Margarida Rodrigues

ANEXO XI - ÁREAS TEMÁTICAS

1. **Informação**
PORDATA
2. **Debate de ideias**
Ensaios da Fundação
Conferências
Documentários
Anuário
3. **População e Demografia**
Processos de Envelhecimento
Dinâmicas de Envelhecimento
4. **Valores, atitudes e comportamentos**
Valores culturais, desenvolvimento e qualidade da democracia
POP – Portal da Opinião Pública
5. **O Estado de Direito e a Justiça**
Programa Justiça e Direito
Avaliação legislativa em Portugal e na Europa
Avaliações legislativas: estudos de casos
A congestão judiciária na Europa
O Segredo de Justiça: Estudo comparado
A Justiça económica em Portugal
e-book A Constituição revista
6. **O Estado social e os Serviços públicos**
Programa de Educação
Conferências “Mitos e realidades da Educação”
Conferências “Questões chave de Educação”
Manuais escolares da língua portuguesa
A Matemática no ensino básico e secundário
A exigência conceptual no ensino das Ciências
O ensino de uma segunda língua
Programa de Saúde
Custos e preços da saúde
Evolução da Mortalidade Infantil
7. **O desenvolvimento**
Os fundos europeus em Portugal, 1985 a 2010
Participação de Portugal nas decisões europeias
Efeitos económicos dos investimentos públicos e em infra-estruturas
8. **A questão social**
As desigualdades sociais em Portugal

Relatório de Contas



BALANÇO

Período findo a 31 de Dezembro de 2010

ACTIVO	Notas	Ano 2010		Ano 2009	
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Existências					
Mercadorias	21	175.581,59	o	175.581,59	o
Títulos Negociáveis					
Obrigações e títulos de participação	17	5.270.000,00	o	5.270.000,00	2.250.000,00
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo					
Clientes		82.603,63	o	82.603,63	o
Estado e Outros Entes Públicos		36.005,47	o	36.005,47	o
Dep. Bancários e Caixa					
Depósitos Bancários		152.481,62	o	152.481,62	146.650,71
Caixa		2.411,56	o	2.411,56	1.000,00
		5.719.083,87	o	5.719.083,87	2.397.650,71
Acréscimos e Diferimentos					
Acréscimos de Proveitos	48	34.414,16		34.414,16	5.625,00
		34.414,16		34.414,16	5.625,00
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			o		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS			o		
TOTAL DO ACTIVO		5.753.498,03	o	5.753.498,03	2.403.275,71

O Técnico Oficial de Contas (no. 45856)
O Conselho de Administração

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Notas	Ano 2010	Ano 2009
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital			
Dotações de Fundadores	40	1.000.000,00	1.000.000,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO			
		o	o
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.000.000,00	1.000.000,00
PASSIVO			
Dividas a Terceiros - Curto Prazo			
Estado e Outros Entes Públicos		27.020,61	10.085,47
Outros Credores		66.986,58	70.353,76
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de Custos	48	91.676,72	54.725,80
Donativos	48	4.567.814,12	1.268.110,68
TOTAL DO PASSIVO		4.753.498,03	1.403.275,71
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		5.753.498,03	2.403.275,71

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período findo a 31 de Dezembro de 2010

CUSTOS E PERDAS	Notas	Ano 2010		Ano 2009	
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	41		287.232,74		
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	50		1.278.312,71		418.858,64
CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações	7	388.532,82		331.714,24	
Encargos Sociais		40.707,19		14.966,24	
Outros			429.240,01		346.680,48
IMPOSTOS		1.994,27		55,96	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		500,00	2.494,27	950,00	1.005,96
(A)			1.997.279,73		766.545,08
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
Outros	45	971,79	971,79	432,52	432,52
(C)			1.998.251,52		766.977,60
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS			0		100,00
(E)			1.998.251,52		767.077,60
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			4.750,00		665,00
(G)			2.003.001,52		767.742,60
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO			0		0
TOTAL			2.003.001,52		767.742,60
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS		183.780,56	183.780,56		
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS					
Outros	48	1.706.920,38	1.706.920,38	731.889,32	731.889,32
(B)			1.890.700,94		731.889,32
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES					
Outros	45	112.300,58	112.300,58	35.853,28	35.853,28
(D)			2.003.001,52		767.742,60
(F)			2.003.001,52		767.742,60
RESUMO					
Resultados Operacionais	(B)-(A)		(106.578,79)		(34.655,76)
Resultados Financeiros	(D-B) -(C-A)		111.328,79		35.420,76
Resultados Correntes	(D)-(C)		0,00		765,00
Resultados Antes Impostos	(F)-(E)		4.750,00		665,00
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)		0,00		0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Período findo a 31 de Dezembro de 2010

	Ano 2010	Ano 2009
Actividades Operacionais (1)		
Recebimentos de Clientes	112.203,76	0,00
Pagamentos a Credores	(135.145,21)	(155.479,71)
Pagamentos a Pessoal	(296.919,99)	(162.723,24)
Impostos:	(192.383,14)	(94.795,39)
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(110.798,00)	(74.470,00)
IRS Categoria B	(27.095,70)	(2.355,00)
IRC Categoria E	(296,22)	(677,52)
Contribuições para a Segurança Social	(54.193,22)	(17.292,87)
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	(512.244,58)	(412.998,34)
Actividades de Investimento (2)		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e Aplicações financeiras	112.300,58	35.853,28
Pagamentos respeitantes a:		
Projectos promovidos	(1.572.813,52)	(225.204,24)
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	(1.460.512,94)	(189.350,96)
Actividades de Financiamento (3)		
Donativos	5.000.000,00	1.000.000,00
		2.000.000,00
Fluxos das Actividades de Financiamento(3)	5.000.000,00	3.000.000,00
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	3.024.242,48	2.397.650,70
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.397.650,71	0,00
Caixa e seus equivalentes no final do período	5.424.893,18	2.397.650,71

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa	Ano 2010	Ano 2009
Numerário	2.411,56	1.000,00
Depósitos	152.481,62	146.650,71
Títulos Negociáveis	5.270.000,00	2.250.000,00
Disponibilidades constantes do balanço	5.424.893,18	2.397.650,71

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de Dezembro de 2010
(montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora).

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009 e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para o reforço dos direitos dos cidadãos e melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, são desenvolvidos estudos, em diversas áreas, com especial relevo para a demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, instituições democráticas, entre outros.

As notas deste Anexo seguem a numeração prevista no Plano Oficial de Contabilidade, sendo omissas aquelas que não são aplicáveis à Fundação ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

2. COMPARABILIDADE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

A Fundação iniciou a sua actividade no decurso do exercício económico de 2009, pelo que os valores apresentados do corrente ano não são directamente comparáveis.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o normativo contabilístico em vigor.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Títulos Negociáveis

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, imputados ao exercício como proveitos ou acréscimo de proveitos.

b) Projectos promovidos

Os valores dos projectos promovidos, nomeadamente “pordata”, “estudos” e “conferências de educação”, são registados como custos na demonstração das variações patrimoniais, na rubrica de “Fornecimentos e serviços – Projectos promovidos”, no exercício em que os mesmos são executados, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efectuado. Caso a atribuição dos projectos seja efectuada numa base plurianual, o respectivo custo é reconhecido no momento da sua colocação à disposição e em função da evolução e concretização das fases de cada projecto (Nota 49). O projecto “Ensaios” é registado na conta de rubrica “Mercadorias”. (Nota 21)

c) Acréscimos e diferimentos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida que são geradas independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Dotações de Fundadores

As dotações do Fundador são registadas em capitais próprios na data da confirmação da sua atribuição, independentemente do seu recebimento efectivo (Nota 35 e Nota 40).

e) Donativos

As participações obtidas para fazer face às despesas com projectos e com o funcionamento da Fundação são contabilizadas na rubrica de “Donativos” e imputados a resultados proporcionalmente aos custos incorridos em cada exercício (Nota 48).

6. IMPOSTOS

A Fundação como pessoa colectiva de utilidade de pública encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, a qual carece, no entanto, de pedido de reconhecimento de isenção dirigido ao Ministro das Finanças ao abrigo do nº 2 do mencionado artigo que à data.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2010 poderá vir a ser sujeita a revisão, contudo é entendimento da Administração que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE

A Fundação tem cinco funcionários ao seu serviço com as funções de Presidente do Conselho de Administração, Secretária da Administração, Directora de Comunicação e Marketing e dois estagiários.

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira da Fundação relativa à rubrica “Títulos negociáveis” era composta por:

	Quantidade	Valor de Aquisição
BES FINANCE 07/2041	7.288.000	5.270.000,00

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ACTIVO CIRCULANTE

O movimento ocorrido na rubrica de existências, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

Movimentos do Exercício

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Existências:				
Mercadorias - Ensaio	0,00	462.814,33	287.232,74	175.581,59
Total	0,00	462.814,33	287.232,74	175.581,59

O saldo final dos “Ensaio” corresponde a:

Rubricas	Saldo final
Stock Fundação	36.768,51
Mercadoria à Consignação:	
Relógio D'Água	8.091,06
Sodilivros	130.653,02
Diversos	69,00
Total	175.581,59

35. REALIZAÇÃO DO CAPITAL (DOTAÇÕES)

A dotação de 1.000.000,00 euros foi totalmente realizada no exercício de 2009.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

Movimentos do Exercício

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Dotação Fundador	1.000.000,00			1.000.000,00
Variação Patrimonial do Exercício				
Total	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00

41. APURAMENTO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

O movimento ocorrido na rubrica de apuramento do custo das mercadorias vendidas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

Movimentos do Exercício

Rubricas	Mercadorias
Existências iniciais	0,00
Compras	462.814,33
Regularização de existências	0,00
Existências finais	(175.581,59)
Custos no exercício	287.232,74

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUIDAS AOS ÓRGÃOS SÓCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, durante o ano foram as seguintes:

	2010	2009
Conselho Científico e Cultural	3.500,00	0,00
Conselho de Curadores	22.500,00	46.000,00
Revisor Oficial de Contas	7.230,00	6.000,00
Total	33.230,00	52.000,00

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

O resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 , tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custos e Perdas		
Juros suportados	22,21	2,37
Out. custos e perdas financeiras	949,58	430,15
Resultados financeiros (-)	111.328,79	35.420,76
Total	112.300,58	35.853,28
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	112.087,78	35.853,28
Out. proveitos e ganhos financeiros	212,80	0,00
Total	112.300,58	35.853,28

48. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

	2010	2009
Activos		
Juros a receber	34.414,16	5.625,00
Total	34.414,16	5.625,00
Passivos		
Remunerações a liquidar	21.700,40	37.852,30
Custos de projectos	18.528,49	12.313,50
Outros acréscimos	51.447,83	4.560,00
Donativos	4.567.814,12	1.268.110,68
Total	4.659.490,84	1.322.836,48

O valor da rubrica de “Juros a receber” corresponde aos juros já decorridos relativos aos títulos negociáveis mencionados na Nota 17 do presente Anexo.

O montante de 21.700,40 euros, evidenciado na rubrica de “Remunerações a liquidar”, corresponde à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2011, vencidas no exercício de 2010.

O montante relevado na rubrica de Diferimentos “Donativos” corresponde à parte das participações concedidas pelo Fundador ainda não aplicadas na actividade da Fundação (custos com projectos e custos de funcionamento). A afectação destas participações ao resultado do exercício será efectuada em função do valor exacto das despesas referidas, na medida em que não puderem ser custeadas pelos rendimentos financeiros. No presente exercício foi imputado ao resultado o montante de 1.706.920,38 Euros (rubrica “Outros Proveitos Operacionais”).

49. PROJECTOS PROMOVIDOS

No exercício de 2010 foram aprovados os seguintes projectos e imputados os respectivos custos que abaixo se discriminam:

	VALORES APROVADOS			VALORES GASTOS		
	2009	2010	TOTAL	2009	2010	TOTAL
PORDATA	528.500,00	544.302,00	1.072.802,00	249.263,00	382.381,00	631.644,00
ENSAIOS	3.500,00	1.056.745,00	1.060.245,00	3.500,00	458.627,00	462.127,00
ESTUDOS	200.000,00	1.802.000,00	2.002.000,00	48.000,00	199.093,00	247.093,00
CONFERÊNCIAS		175.550,00	175.550,00		92.252,00	92.252,00
OUTROS PROJECTOS		33.845,00	33.845,00		11.200,00	11.200,00
TOTAL	732.000,00	3.612.442,00	4.344.442,00	300.763,00	1.143.553,00	1.444.316,00
VALOR A CATIVAR						2.900.126,00

O valor aprovado dos projectos em 2009 foi de 732.000,00 euros, tendo sido gasto nesse exercício 300.763,00 euros. No que concerne ao ano de 2010, a importância aprovada foi de 3.612.442,00 euros, tendo sido gasto a quantia de 1.143.553,00 euros, não inclui o valor de IVA, 190.074,00 euros.

Na demonstração das variações patrimoniais os custos de todos os projectos, excepto os “Ensaio”, encontram-se classificados na rubrica de “Trabalhos Especializados”, com o valor do IVA incluído, visto que

a Fundação realiza operações mistas com afectação real. Os gastos dos “Ensaio” são contabilizados na rubrica “Mercadorias” e deduzido o IVA por este ser liquidado na venda.

Para a verba a cativar relativa aos projectos aprovados com PDC existem disponíveis 5.270.000,00 Euros, aplicados em obrigações.

VALORES ACUMULADOS 2009 e 2010	
Projectos aprovados com PDC	4.344.442,00
Valor já gasto	1.444.316,00
Verba a cativar	2.900.126,00
Disponibilidades a 31.12.2010	5.270.000,00

50. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Trabalhos Especializados:	
Projectos Promovidos:	
- Pordata	483.333,53
- Estudos2	291.274,52
- Programa da Educação	141.476,22
Assessoria Jurídica	18.127,77
Assessoria Contabilística	7.392,00
Revisão de contas	7.230,00
Rendas e Alugueres	45.033,36
Deslocação e Estadas	6.418,65
Promoção e Divulgação da Fundação	1.824,00
Despesas de Representação	6.248,60
Órgãos Sociais Equiparados	136.467,69
Prestação Serviços Pessoal – Outros	79.638,72
Comunicação	39.459,35
Material Escritório	9.436,76
Outras Rubricas	4.951,54
TOTAL	1.278.312,71





**Relatório e Parecer
do
Conselho Fiscal**

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório do Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL,



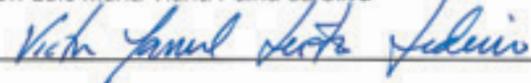
Presidente

Dr. José Luis Nogueira de Brito



Vogal

Dr. Luís Maria Viana Palha da Silva



Vogal

AUREN Auditores & Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por: Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. n.º 651)

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 5.753.498,03 Euros e um total de capital próprio de 1.000.000,00 Euros, incluindo uma variação patrimonial nula), a Demonstração das variações patrimoniais e o correspondente Anexo do exercício findo nessa data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, a variação patrimonial, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, em 31 de Dezembro de 2010, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 10 de Março de 2011

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

Representada por:


Victor Manuel Leitão Ladeiro R.O.C. (n.º 651)

